



NILO ODALIA
GILBERTO FREYRE
- UMA INTERPRETAÇÃO
ETNO-CULTURAL DO BRASIL





expediente



SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
CONTEXTO HISTÓRICO	15
Gilberto Freyre e a historiografia brasileira	21
CAPÍTULO II	
NOS TRÓPICOS, UMA NOVA SOCIEDADE	25
CAPÍTULO III	
O HOMEM BRASILEIRO	39
i. O indígena na sociedade híbrida	41
ii. O papel do português	44
a. posição geográfica e heterogeneidade étnica	44
b. o papel da religião católica e de sua hierarquia	48
iii. O papel do negro	51
CAPÍTULO IV	
OS VALORES ETNO-CULTURAIS DA NOVA SOCIEDADE	57
Considerações finais	66
BIBLIOGRAFIAS	71



PREFÁCIO

Este ensaio foi escrito originalmente para uma coleção destinada a oferecer ao público leitor as obras mais significativas dos cientistas sociais brasileiros. Esta a razão pela qual este ensaio em, primeiro lugar, tem um acentuado caráter didático; em segundo, baseia-se, quase que exclusivamente, na obra fundamental de Gilberto Freyre: *Casa Grande & Senzala*.

Como direi mais adiante, embora nosso autor tenha uma obra vasta e diversificada, *Casa Grande & Senzala*, apesar de ser seu primeiro ensaio, é, inquestionavelmente, seu livro mais importante e significativo.

Preferi, em consequência, manter a forma e a estrutura originais deste trabalho, pois espero que assim atinja um maior número de leitores, especialmente o não especialista, o chamado “leigo culto” que tem interesse pelos autores de seu país.

Tomo a liberdade de oferecer este livro às pessoas que me são caras, minha esposa, Therezinha, e às minhas netas e neto, Júlia, Lucas, Izabela e a pequeninha Ana, de apenas um ano.

Obrigado,
São Paulo, maio de 2001.



INTRODUÇÃO

À pergunta *Por que lemos um determinado livro?*, podemos dar diferentes e, às vezes, contraditórias respostas. Creio, porém, que ela deve ser constantemente formulada, pois é através dela que podemos recuperar nossa própria autobiografia intelectual e tentar compreender os problemas que vivíamos (e que vivemos). E, não menos importante, nos compreender como um indivíduo singular, cheio de dúvidas e incertezas, à busca de verdades e, talvez, de segurança, num mundo feito de areia movediça, cujas faces se revelam diferentemente, segundo o nosso tempo de duração.

Em nossa adolescência, José de Alencar e Joaquim Manoel de Macedo podem estimular nossa imaginação romântica e instigam a que sonhemos com um amor único e eterno; Jorge Amado (*Jubiabá e Capitães de Areia*) nos põe frente a uma realidade que, freqüentemente, ou desconhecemos ou deixamos de ver, por comodismo; na maturidade, o Machado de Assis de *Dom Casmurro*, com ironia e espírito, apenas nos confirma o que a vida nos ensinara.

Com eles descobrimos a literatura e, por que não?, nossa própria imaginação. Pelas suas mãos, trilhamos novos caminhos que nos levam a Stendhal, Proust,

Kafka, Faulkner, aos sempre eternos clássicos Homero, Ovídio e de cada um extraímos experiências que de outra maneira não teríamos e vemos o mundo que nos rodeia de maneira diversa, cuja complexidade e emaranhado aguçam nossa curiosidade e inteligência, pois queremos compreendê-lo e, se possível, explicá-lo.

Explicar o mundo, este o grande desafio a que nos propomos numa determinada fase de nossa vida, que pode variar de pessoa para pessoa, mas que fatalmente um dia tomba sobre nossa cabeça. Quando isto acontece, buscamos naqueles escritores que chamamos de cientistas sociais, incluindo, evidentemente, os filósofos, respostas a questões que vão desde o que é a vida, a morte, até, o que pode parecer mais prosaico, mas não é, o de se saber o que somos como membros de uma comunidade determinada, o fato de pertencer a um país, cuja história, afinal, condiciona o que sou, ou, mais genericamente, o que somos. Então, voltamos nossa atenção para os historiadores, os sociólogos, os antropólogos e os outros cientistas sociais que tiveram a mesma inquietação, as mesmas dúvidas e incertezas, a mesma necessidade de explicar-se, tentando conhecer-se pelo mundo que os rodeia.

É natural que assim ajamos, pois logo percebemos que para refletir sobre um problema não é suficiente contarmos apenas com os dados que a experiência pessoal nos fornece. Mesmo porque ao limitar sua reflexão somente às suas próprias experiências e concepções, o homem perde de vista a riqueza e a diversidade de visões que os outros podem lhe proporcionar – e como consequência podemos adquirir alguns dos piores males

que afligem o homem: a intolerância, a intransigência e o dogmatismo.

Das ciências sociais, a história é uma das mais atraídas e por várias razões. Antes de mais nada, por ser uma narrativa. Significativa, diz um teórico inglês e com isso ele quer dizer que o objetivo do historiador não é o mesmo de um romancista. A este não importa a veracidade do que conta, mas o enredo, a tensão, as emoções e os sentimentos que pode despertar. Ele, sem dúvida, nos revela o que é o homem nos seus traços fundamentais, explorando, na expressão de Sartre, as situações-limites, nas quais pode utilizar de maneira mais livre e profundamente sua imaginação, visando o conhecimento do homem e do humano.

As situações-limites não existem apenas na ficção, elas são uma constante na vida do homem. Todos nós já as experimentamos, o que muito provavelmente não fizemos é transformá-las de uma experiência única e pessoal num paradigma de caráter geral, – tarefa do poeta e do romancista.

A história também se interessa e vivamente pelo fato ou acontecimento único, contudo, o historiador se nega a generalizações e prefere dirigir seu esforço no sentido de reconstruir, através da gênese, desenvolvimento e continuidade (categorias da análise histórica), o acontecimento. Quando o consegue, presume ter encontrado a verdade histórica. Essa a sua principal preocupação, a de atingir a verdade histórica.

A história como todo conhecimento científico busca a verdade; sua diferença em relação às chamadas ciências exatas está em que tenta demonstrá-la, através de uma narrativa significativa e argumentativa.

A racionalidade da argumentação é um traço marcante da narrativa histórica. Os fatos devem ser encadeados numa relação de causa e efeito, que pode nos auxiliar a compreender o que sucedeu na história. Para ilustração do que dizemos, tomemos como exemplo uma afirmação do nosso autor, Gilberto Freyre, e vejamos como ele constrói seu raciocínio. No primeiro capítulo de *Casa Grande & Senzala*, ele afirma que uma das características do povo português é a sua mobilidade (*efeito*) que, por sua vez, está vinculada ao fato histórico do povo português ter o semita (*causa*) como um dos formadores de sua etnia¹. Mas no caso de Gilberto Freyre podemos ir mais longe, porque diferentemente de muitos autores sua obra é construída não passo-a-passo até chegar a uma conclusão. Ele parte de uma afirmação categórica de que portugueses, índios e negros, construíram nos trópicos uma sociedade nova, agrária, híbrida e escravocrata, cabendo-lhe, então, a tarefa da demonstração.

Contrariamente ao que ocorre com os fenômenos físicos, a ocorrência do fenômeno histórico está intimamente relacionado ao contexto em que ocorre. Por isso, compreender um acontecimento social, cultural ou político relevante significa também inseri-lo no contexto em que aconteceu.

¹ Convém aqui notar que a noção de causalidade na história não tem a mesma conotação que nas ciências físico-matemáticas. Nestas, o determinismo físico é um dos fundamentos da causalidade, de maneira que a uma mesma causa deve corresponder o mesmo efeito. Essa determinação não existe na história. Historiadores distintos poderão apontar causas distintas para a explicação de um mesmo fenômeno histórico.

Casa Grande & Senzala não é apenas uma interpretação do Brasil, de um certo historiador; é uma obra que pode e deve ser lida também como a expressão, ao nível do imaginário, dos problemas que afetaram a sociedade brasileira num determinado momento histórico.

O historiador elabora sua obra fazendo perguntas ao passado que se originam dos problemas vividos por sua sociedade no presente. Ele não busca soluções no passado, seu interesse é em saber se problema similar já ocorreu anteriormente, com isso ele reconstrói a imagem que temos da sociedade passada e amplia o repertório de informações que poderão auxiliar na compreensão e, eventualmente, na solução de um problema da sociedade a que pertence. Marrou, o historiador francês, resumiu, de maneira didática, essa relação numa fórmula matemática: H (*história*) = P/p , na qual P é o passado e p é o presente. A história é igual o passado em função do presente. Contudo, essa equação de Marrou estaria incompleta senão lhe agregássemos como o faz nosso autor o futuro. Não no sentido de tentar antecipá-lo, pois isso seria temerário, mas como um gancho ao qual se apega para melhor compreender seu presente².

² Ao apontar em W.I. Thomas (*The relation of Research to the Social Process*) a ausência do futuro em suas considerações sobre a história, diz o nosso autor: “compreende-se nosso repúdio a Thomas na parte em que esse grande renovador dos modernos estudos sociais deixou de revelar essa sensibilidade moderna ao tempo, para mostrar-se apegado ao sentido clássico do passado como experiência humana sociologicamente dependente do presente; e não interdependente com relação ao mesmo presente e ao próprio futuro” (FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 4^a ed. Rio de Janeiro, Record, p. clxviii-clxix).

Se o historiador está ou deve estar tão arraigado no presente, a fim de realizar sua obra, ele se transforma, quer queira ou não, em um documento, num monumento, num registro de seu tempo. Ele nos dá, se aprendermos a ler as entrelinhas de sua obra, elementos que nos informam sobre os problemas e questões que afetam ou afetavam os homens de sua época. Para tanto, se torna necessário encontrar uma metodologia adequada, não só ao autor, mas para nós mesmos.

Em meus livros, tenho utilizado o chamado estruturalismo genético, método desenvolvido por Lucien Goldmann, em cujo centro se encontra o conceito de visão de mundo, que nada mais é do que o conjunto de idéias, sentimentos, projetos e ideais que tornam possível a existência de um grupo social.

No plano do imaginário, essa visão do mundo se consubstancia nas obras dos escritores, de todas as espécies, que a revelam, de maneira geral, paulatinamente.

Na maioria dos autores, a visão de mundo apenas se completa e concretiza em suas obras da maturidade. Gilberto Freyre é uma exceção a essa regra, pois *Casa Grande & Senzala* é, ao mesmo tempo, sua primeira obra e onde se realiza de maneira cabal sua visão de mundo, que denominamos de etno-cultural.

Embora não seja autor de uma obra única, ele o poderia ser e assim mesmo seu lugar na historiografia brasileira já estaria assegurado. As demais obras de Gilberto ou são um complemento de sua obra fundamental (*Sobrados e Mocambos e Ordem e Progresso*), ou dela se desviam, pouco acrescentando a sua visão de mundo.

Nos meus estudos sobre Varnhagen e Oliveira Vianna, afirmava que com Gilberto Freyre esses três

autores pertenciam a uma mesma corrente historiográfica, pois tinham como problema central compreender como se formava, ou estava se formando, a Nação, o Estado, o Homem brasileiro e, enfim, a própria sociedade brasileira. Contudo, denominei de visão política do mundo a estrutura básica das obras de Varnhagen e de Oliveira Vianna e, agora, chamo de visão de mundo etno-cultural a de Gilberto Freyre.

Por que essa diferença? Em Varnhagen, a preocupação básica parte da premissa fundamental de que a Nação, o Estado e o Homem branco brasileiro ainda não haviam se constituído e, assim sendo, a missão do historiador era de contribuir, através da análise histórica do passado brasileiro, para que se constituíssem pelo seu enraizamento nas características essenciais do que era efetivamente brasileiro. Com exceção do estado monárquico, um legado de Portugal, que precisava, segundo esse historiador, alguns reparos, a Nação brasileira e o Homem branco brasileiro deveriam ainda se constituir pela adoção dos valores europeus e pela miscigenação das três etnias. Projetava, então, para o futuro uma nação brasileira de valores europeus e um homem branco brasileiro, consciente de que surgia da reunião de três etnias diferentes, física e culturalmente, em que deveria predominar o branco.

Em Oliveira Vianna, sua visão de mundo política se consubstancia tendo como centro o Estado que, como para Varnhagen, é o instrumento necessário e imprescindível para que a nação brasileira se concretize, atendendo às características básicas do espaço e da realidade histórica brasileiros. Daí a necessidade de um Estado altamente centralizado e poderoso, capaz de impor sua

orientação e educação à massa populacional. Da afirmação de que, no Brasil, não existiam classes sociais, ele propõe uma organização estatal corporativista, semelhante à do fascismo italiano.

Para Gilberto Freyre, sua premissa fundamental é a de que a sociedade brasileira já está constituída assim como o homem brasileiro.

O objetivo de Gilberto Freyre é de demonstrar como se constituiu, no Brasil, em função das características do país e da colonização portuguesa uma sociedade tropical, híbrida e antagônica, porém harmônica e um homem brasileiro fruto da miscigenação das três etnias, branco, preto e indígena. A absoluta originalidade da análise de Gilberto não se encontra nesses dois primeiros elementos, mas sim na maneira pela qual ele fundamenta a formação da sociedade e do homem brasileiro, utilizando para tanto os traços etno-culturais, em seu sentido mais largo, das três etnias.

Em resumo, a obra de Gilberto Freyre revela uma visão de mundo etno-cultural, cuja estrutura significativa é formada por três elementos:

1. uma sociedade tropical, híbrida e antagônica;
2. o homem brasileiro;
3. os valores etno-culturais da nova sociedade.



CAPÍTULO I

CONTEXTO HISTÓRICO

Gilberto Freyre nasceu nos estertores do século XIX e nos albores do século XX, em 1.900. De família abastada, pode usufruir de uma educação esmerada, assistido por professores particulares, alguns estrangeiros, e pelo próprio pai, Dr. Alfredo Freyre. Depois de seus estudos secundários, realizados no Colégio Americano Gilreath de Pernambuco, embarcou para os Estados Unidos para estudar no Universidade de Baylor, onde bacharelou-se em Ciências e Letras, inscrevendo-se, em seguida, na Universidade de Colúmbia, na qual fez seu mestrado e doutorado.

Casa Grande & Senzala foi escrito no final da década de 20 e publicado em 1933, um período rico de acontecimentos e no qual a sociedade brasileira vivia acontecimentos que iriam transformá-la de maneira significativa nas décadas seguintes.

Com a primeira guerra mundial (1914-1918), findava-se o século XIX, o século burguês, por excelência.

A chamada “belle époque” fora de modo brusco e catastrófico encerrada por uma guerra que custara milhões e milhões de vidas humanas, cujas conseqüências sociais, políticas e econômicas foram muito mais sensíveis do que a destruição física causada pelas novas armas (gases, canhões e aviões) empregadas, durante o conflito. As grandes potências coloniais, especialmente a Inglaterra, viram reduzidas em grande parte sua influência sobre o mundo.

Duas forças novas emergiam: de um lado, os Estados Unidos da América, cuja participação na guerra fora decisiva para o seu desfecho; de outro, a URSS, nascida da revolução socialista de 1917, que trouxe consigo a certeza de que os profetas sociais do século XIX, homens que sonhavam com um mundo mais justo e igualitário, tinham razão e que o mundo burguês estava prestes a ruir.

Sucederam-se revoluções e uma nova onda, como no século XIX depois das guerras napoleônicas, de revoltas nos países colonizados, cujo objetivo central era libertarem-se do jugo colonialista e autodeterminarem-se como países independentes.

O fracasso da revolução socialista alemã, em 1919, a guerra civil na nova União Soviética e sua dificuldade em afirmar-se contribuíram fortemente para que a onda socializante perdesse ímpeto, mas a convulsão interna nos países europeus não amainou e preparou o terreno para que o fascismo italiano e o nacional-socialismo alemão fossem vitoriosos na década seguinte.

No Brasil, a década de 20 foi pródiga de acontecimentos, mostrando que a chamada República Velha estava com seus dias contados. Em 1.922, assume Artur

Bernardes, em substituição a Eptácio Pessoa, sob estado de sítio, em virtude do movimento militar de 5 de julho, iniciado no Forte de Copacabana e se estendido pela Vila Militar e na Escola Militar do Realengo.

As insurreições político-militares se sucederam e a mais importante foi a de 1924, em que os amotinados chegaram a ocupar parcialmente a cidade de São Paulo. A consequência mais significativa dessa insurreição foi o fato de que dela nasceu a famosa Coluna Prestes, cujas andanças até hoje despertam curiosidade e controvérsias.

De uma maneira geral, o ideário político defendido pelos insurretos era um liberalismo pouco consistente em que o apelo à democracia e à soberania popular não dissimulava a verdadeira luta – a luta entre facções políticas burguesas, ansiosas por afirmarem sua hegemonia num país que se transformava¹.

Transformações que ocorriam em sua infra-estrutura pela industrialização do país que se acelerara depois do final da I Guerra Mundial. Com o novo surto de industrialização e os problemas vividos pela Europa pós-guerra se incrementa o fluxo de imigrantes, iniciado no final do século XIX. Com eles, novas idéias e novos ideais de justiça social e de organização da sociedade. As idéias socialistas se corporificam na criação, em 1922, do Partido Comunista Brasileiro, cuja presença no cenário político brasileiro será marcante, embora tenha sido mantido como partido clandestino durante quase toda a sua existência.

¹ Ver sobre a rebelião de 24 o livro de Corrêa, Anna Martinez, *A rebelião de 1924 em São Paulo*. S.P. Hucitec, 1976.

As disputas regionais eram uma constante no interior do partido hegemônico, o Partido Republicano, cuja organização federativa favorecia as disputas entre os estados com a predominância dos mais fortes.

O Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM) durante muito tempo conservaram em suas mãos o poder de decisão – a isso se chamou a política do “café com leite”. Artur Bernardes (1922-1926) e Washington Luiz (1926-1930) serão os últimos presidentes e o canto de cisne da República Velha. A revolução de 30, comandada por Getúlio Vargas, que permanecerá no poder, criando em 1937 o chamado Estado Novo, pôs um fim ao Brasil que nascera da proclamação da República e inicia um novo ciclo de nossa história, cujo término coincide com o fim da II Guerra Mundial e com a emergência de um novo surto de democracia, liberdade e justiça social.²

Contudo, a década de 20 não é apenas uma década de inquietação política, ela é também o momento em que o país, sob a forte influência dos acontecimentos mundiais e pelo surto industrial começa a mudar sua fisionomia socio-econômica, de um país rural, vivendo quase que exclusivamente da exportação de produtos agrícolas, especialmente o café, passa a uma incipiente, porém forte, industrialização, que modificará profundamente sua fisionomia, nas décadas seguintes.

Os problemas sociais começam a surgir; a emergência do Partido Comunista, as greves, que passam a

² Casalecchi, José Ênio, *O Partido Republicano Paulista*. SP. Brasileira, 1987.

ter daí em diante uma conotação política, falsa ou verdadeira, vinculada à criação da União Soviética, põem em guarda os conservadores. que criam duas expressões “perigo vermelho” e “doutrinas exóticas”, de muito futuro por terem sido repetidas à exaustão para desqualificar as reivindicações operárias.

É de Washington Luís a afirmação de que as agitações operárias, decorrentes da chamada “questão operária” que nada mais seria do que “o estado de espírito de alguns operários e não o estado de uma sociedade”, eram um problema de ordem pública e não de ordem social. Em linguagem mais vulgar, traduziu-se a expressão de Washington Luís na afirmação de que a questão operária (ou a questão social) era um problema de polícia.

A década de 20, contudo, não foi apenas rica em acontecimentos socio-econômicos e políticos. O mundo cultural se agita com o término da guerra mundial e entra em ebulição. Na Europa, a revolução que começava a ocorrer, na primeira década deste século, na pintura, na escultura, na literatura, no cinema, na música, na história, bruscamente, interrompida pela guerra, retoma fôlego e o pós-guerra é marcado por uma ebulição cultural em que se espelha a angústia do homem moderno, dividido entre o céu e a terra, utópico, sonhando com um novo tipo de sociedade, a socialista; pessimista, céptico e fragmentado, pelos horrores da guerra, pelas novas técnicas e tecnologias, que parecia a muitos o caminho direto para um mundo sem liberdade.

Esse homem dilacerado, porém, contraditoriamente, pleno de vida, experimentalista, ansioso e pronto para novas aventuras, expõe-se, de peito aberto nas artes, pintura, poesia, romance, na música popular (jazz,

especialmente) e erudita, no cinema. É o tempo do dadaísmo, do expressionismo, do surrealismo, do cubismo, cuja revolução é tanto formal (linguagem) quanto conteúdo. Paris volta a ser o centro do mundo cultural e para lá acorrem jovens do mundo inteiro na ânsia da descoberta do novo, do insólito. Lá estão, também, os jovens brasileiros que irão transformar a paisagem cultural brasileira, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, e tantos outros, que irão se reunir em São Paulo para deflagrar o que se denominou de movimento modernista, através da famosa Semana de Arte Moderna, realizada no Teatro Municipal.

A Semana de Arte Moderna revelará alguns nomes que serão referência obrigatória no mundo cultural e político das décadas a seguir. Uns (Menotti del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo) buscam formular um novo nacionalismo, isento do ufanismo vazio e provinciano de Afonso Celso (*Porque me ufano de meu país*), porém ligado às tradições da terra e dos costumes do país; outros, tentarão em suas obras um caráter mais universal, mais formalista, com experiências lingüísticas que, assentadas no mundo mais cosmopolita de São Paulo, procuram refletir a realidade lingüística de uma região em que os imigrantes são uma importante presença. Oswald de Andrade com seu *Marco Zero* é um exemplo típico. *Macunaíma*, de Mário de Andrade, é um caso especial, pois nele se revela o velho e angustiante problema das três etnias que nos formaram e que dão como resultado um herói nacional sem nenhum caráter.

Tão importante quanto a Semana de Arte Moderna, de 1922, e quase como uma resposta às suas ansiedades, no Nordeste, um novo tipo de literatura surge, na

qual o centro de atenção é o homem nordestino e sua inserção num meio geográfico duro, hostil, áspero, onde a luta pela sobrevivência é o cotidiano de milhões de homens, mulheres e crianças, cuja esperança de vida depende da chuva e dos “coronéis”.

O chamado ciclo nordestino de romances regionais revela um país que grande parte da população brasileira desconhecia. Não fora suficiente “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, para que descobríssemos o Nordeste, para isso foi necessário que surgissem nomes como o de José Américo de Almeida (*A Bagaceira*), Amando Fontes (*A Rua do Siriri*), José Lins do Rego, Graciliano Ramos, e tantos outros.

O Brasil estava sendo reinterpretado pelos poetas e romancistas e com eles se abria um novo caminho para os historiadores, que aceitarão o desafio de tentar interpretar e compreender esse multifacético Brasil, com novas metodologias e novos instrumentos de pesquisa.

Gilberto Freyre é um desses historiadores.

GILBERTO FREYRE E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Antes de entrarmos propriamente na análise da obra *Casa Grande & Senzala*, convém, previamente, situar o seu autor no conjunto da historiografia brasileira, da qual o sorocabano Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-7188) é, a justo título, considerado o “pai” fundador.

A importância de Varnhagen para a historiografia brasileira deriva de, pelo menos, duas razões principais: 1º) é o primeiro historiador brasileiro a escrever duas obras sobre o Brasil (*História Geral do Brasil e História da Independência do Brasil*), cobrindo o período do seu descobrimento à independência, lastreadas, pela primeira vez, numa pesquisa histórica documental exaustiva e competente. Pesquisador infatigável, Varnhagen dedicou toda a sua vida aos arquivos, brasileiros e estrangeiros, descobrindo e revelando uma documentação preciosa sobre a nossa história;

2º) é o primeiro historiador de uma corrente historiográfica, cuja problemática central gira em torno dos temas ligados à constituição da Nação brasileira, do papel do Estado numa nação emergente e, finalmente, sobre o homem brasileiro, cuja característica básica é o de ser o produto de três etnias – a branca, a índia e a negra. Na análise deste último problema, Varnhagen dará uma atenção especial à miscigenação, que será um dos temas mais caros a Gilberto Freyre.

Até a década de 30, mais ou menos, a problemática inaugurada por Varnhagen será uma constante em nossa historiografia. Com os historiadores que surgem, nessa época, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre ocorre, segundo José Honório Rodrigues, uma ruptura. Prefiro nuançar a afirmação de José Honório Rodrigues dizendo que, pelo menos no que tange a Gilberto Freyre, a ruptura é antes metodológica do que temática. É isto por uma razão simples, todos os grandes temas de uma sociedade e cultura híbridas já estão presentes em Varnhagen, o que se altera, de maneira substancial e mesmo revolucionária,

é a maneira pela qual Freyre vai analisar os fenômenos de integração racial e cultural e a documentação, em seu sentido mais lato, sobre a qual apoiará sua análise.

Não serão apenas os documentos escritos que servirão a Freyre para compor a paisagem da sociedade híbrida brasileira; sua análise abrangerá do documento escrito ao utensílio domiciliar, da alimentação ao gesto familiar, da religião ao apetite sexual, do objeto pessoal aos instrumentos de trabalho, das pequenas coisas que fazem o cotidiano do homem e da mulher, que revelam a sua intimidade, à estrutura psicológica de uma etnia³. Gilberto Freyre antecipa, de algumas décadas, o que se tornará, depois dos anos 70, uma constante do pensamento historiográfico da *História Nova*, originária da Escola dos *Annales*⁴.

Uma outra característica a ser observada em nosso autor é a sua linguagem, sua escritura. Seu estilo é quase a de um romancista, por isso já foi comparado a Marcel Proust, o escritor francês, que recupera um tempo e um mundo perdidos através do exercício da memória. *Casa Grande & Senzala*, sem dúvida, guarda em si o tom melancólico e nostálgico da ressurreição (da revivência) de um passado extinto. Daí, em parte, a engano-

³ Não se pode esquecer que Gilberto Freyre escreveu *Ordem e Progresso*, utilizando para tanto questionários por ele elaborados, cerca de 1.000, embora nem todos tenham sido respondidos.

⁴ Ver Burke, Peter. *A Escola dos Annales – 1929 – 1989 – A Revolução francesa da Historiografia*. Trad. de Nilo Odalia. SP. Editora Unesp., 1991.

sa facilidade da leitura das obras de Gilberto Freyre. Ele parece ser transparente demais. É uma ilusão contra a qual devemos nos prevenir.

Mas a sua escritura não é apenas isso, ela é algo mais; às vezes, pode parecer que utiliza em excesso o recurso do antagonismo entre as idéias, as coisas e os homens, o que pode, numa primeira leitura, dar a impressão de que seu pensamento é inconsistente por ser contraditório; chocante em algumas afirmações, excessivamente audacioso e confiante nas análises comparativas dos traços psicológicos de povos e etnias e de um ecletismo metodológico (aliás confessado sem *mea-culpa*) que arrepia os dogmáticos de plantão, Gilberto Freyre construiu uma obra na qual se fundem, de maneira original, harmoniosa e consistente, o estilo de romancista e a mente de um verdadeiro cientista social.



CAPÍTULO II

NOS TRÓPICOS, UMA NOVA SOCIEDADE

Ao escrever *Casa Grande & Senzala*, Gilberto Freyre partia de uma premissa básica, que era também uma certeza: a colonização portuguesa, no Brasil, fora um sucesso, pois dela nascera uma sociedade nova e diferente, com características próprias e peculiares.

Esta nova sociedade criada pelo concurso de três diferentes etnias e civilizações – a negra, a índia e a branca – possuía também uma outra originalidade, a de ter florescido no meio tropical. Era, como o diz o enunciado do capítulo primeiro de *Casa grande & Senzala*, uma “sociedade agrária, escravocrata e híbrida”, tornada possível, entre outras razões, que adiante veremos, pela experiência portuguesa de colonização na Índia e na África.

“Quando em 1.532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de de-

*monstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical*¹.

A afirmação tão peremptória de Gilberto Freyre sobre a existência de uma sociedade constituída no Brasil, isto quer dizer nos trópicos, é uma resposta direta aos cientistas europeus, como Lapouge, Buckle e tantos outros, que, no século XIX, não admitiam a possibilidade de terem sucesso as tentativas de constituição de sociedades estáveis nos trópicos; e indireta, a todos os cientistas brasileiros, antropólogos, sociólogos e, especialmente, historiadores, que ou concordavam com as opiniões expressas pelos cientistas europeus, ou tentando superá-las buscavam formas de ação política, através da atuação do Estado, visando constituir uma sociedade brasileira, de características européias, mas sempre como uma projeção futura, e não uma realidade atual.

Não basta, contudo, a afirmação da existência de uma sociedade brasileira, construída pela “aptidão” dos portugueses em viver nos trópicos. É fundamental que se apresentem razões e argumentos que demonstrem que a sociedade colonial brasileira era algo mais do que apenas uma massa heterogênea de homens e mulheres, de diferentes etnias, sem vínculos sociais mais significativos entre si². Para negros e índios, apenas os que decorriam

¹ Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala – Formação da Família Brasileira*. 17ª ed. RJ., José Olympio Editora, 1975, p. 4. Todas as referências a textos do autor terão como fonte essa edição do livro. Os números pospostos às citações referem-se aos números das páginas dessa edição.

do regime de trabalho e da servidão e, quando brancos, da dependência em relação aos senhores de escravos, ou da metrópole.

A resposta de Gilberto é pronta e rápida ao dar as razões e fundamentos da aptidão portuguesa em colonizar os trópicos. Ela pode parecer a uma leitura menos atenta muito simples, para não dizer simplória, e, até certo ponto, surpreendente, pois amalgama, sem preparação teórica prévia, fatores diversos e de níveis distintos.

Em primeiro lugar, o fator econômico, a agricultura, base da nova sociedade, em seguida, as condições que a tornaram possível: “a estabilidade da família patriarcal, a regularidade do trabalho por meio da escravidão” e, como novidade absoluta, “a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor” (p. 4). Para o raciocínio do escritor, contudo, a enumeração de forma tão imediata dos fatores gerais que contribuíram para a criação dessa sociedade agrária, escravocrata e híbrida, nos trópicos, é apenas um artifício metodológico que lhe permite, em seguida, ir discriminando com abundância de detalhes outras matrizes em que se formou essa aptidão portuguesa.

A preocupação central de Freyre é a de transmitir ao seu leitor uma visão global e integrada da situação do colonizador português ao estabelecer-se numa nova

² Sobre uma visão bastante pessimista da sociedade colonial brasileira, ver ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 6^a ed. Revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. RJ., Civilização Brasileira, 1976.

terra, cuja excentricidade lhe é menos penosa do que a outros colonizadores europeus, pois ele é, por sua formação histórica, um homem europeu em que a África, de diferentes maneiras, exerceu uma influência preponderante. Por isso, o conceito de antagonismo³ é um dos conceitos-chave para a compreensão de *Casa Grande & Senzala*. Antagonismo que nasce dessa complexa mistura de Europa e África que resulta, expressão surpreendente desse autor, numa “indecisão étnica e cultural”, como que a bicontinentalidade “correspondesse em população assim vaga e incerta à bissexualidade no indivíduo” (p. 6). É ele ainda que permite compreender o caráter especial que assumiu a colonização portuguesa, resultando na “formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e ainda hoje sobre antagonismos” (p. 8).

Uma vez assentada a premissa maior, a do sucesso do povo português em criar um novo tipo de sociedade nos trópicos, empresa na qual falharam outros povos europeus, cabe ao nosso autor a tarefa de detalhar e demonstrar como isso foi possível.

Na formação histórica do povo português deve destacar-se a presença do semita, cujas características podem ser encontradas no “português navegador e cosmopolita do século XV”: mobilidade, adaptabilidade, de fácil aclimata-

³ Ao enfatizar o conceito de antagonismo, Gilberto Freyre está se opondo a Varnhagen e Oliveira Vianna, cuja preocupação fundamental é o conflito. Esses autores, especialmente Varnhagen, temiam que os conflitos, quaisquer que fossem suas causas, provocassem a fragmentação política e territorial do país.

ção em meios geográficos diferentes e, não menos importante, capazes de um *“realismo econômico que desde cedo corrigiu os excessos de espírito militar e religioso na formação brasileira”* (p. 8).

Por outro lado, uma nação cuja população era tão rala e escassa teria que superar a falta de homens por sua mobilidade, que não seria suficiente, não estivesse ela apoiada numa outra característica do português, a miscibilidade. Miscibilidade possível graças a uma moral sexual *“mais frouxa, mais relaxa que a dos homens do Norte”*, mas que, na colônia, por falta de mulheres brancas, não está apenas adstrita à necessidade biológica natural, porém, também, à uma política deliberada e incentivada pelo governo português.

“A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, numa atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de politicamente calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado” (p. 8).

Se o intercuro sexual com a índia e a negra trouxe para o português colonizador a possibilidade de suprir as deficiências demográficas da metrópole, o clima, o regime de águas, a fauna e a flora da colônia, obrigou-o a transformar-se de maneira radical a fim de adaptar-se às novas condições mesológicas do espaço territorial que conquistara. Assim, um povo de pouca tradição rural soube como criar como suporte para a colonização, e não simplesmente a exploração comercial dos recur-

tos naturais do Brasil, uma infra-estrutura de base agrária permanente, na qual, se a mão de obra era escrava, índia ou negra, ele conservava para si a gerência do empreendimento, de caráter essencialmente particular, sustentado na organização familiar.

Ao Estado cabia estabelecer as normas e as exigências; ao proprietário, a obrigação de investir, povoar e defender militarmente a colônia.

“A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América” (p. 18-9).

Fixar-se à terra, esta a grande diferença entre o colonizador português e os outros povos que também se aventuraram em expedições d’além mar e esta fixação significou na prática uma profunda transformação de hábitos e costumes sexuais, religiosos e alimentares.

Uma das originalidades da interpretação de Freyre está exatamente nessa maneira peculiar de associar antagonicamente, positiva ou negativamente, os diversos elementos da realidade social, buscando neles uma explicação do passado brasileiro, que se amplia ao buscar compreender também seus efeitos em nossa situação presente.

É à alimentação precária, e pouco diversificada, que atinge indistintamente senhores e escravos, em razão da monocultura, por exemplo, que ele atribui as

“importantes diferenças somáticas e psíquicas” existentes “entre o europeu e o brasileiro” e não pela miscigenação e pelo clima – como pretendem muitos. Mas foi dessa mesma economia latifundiária, assentada na monocultura e na mão de obra escrava, que se originou a relativa estabilidade da colônia, em contraste com o que ocorria nos países vizinhos. Mas ele vai mais longe e confere ao abuso de jejuns religiosos uma parte da responsabilidade por ser o brasileiro “*um dos povos modernos mais desprestigiados na sua eugenia e mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimento*” (p. 42).

Ainda no capítulo da alimentação, ao qual Freyre dá um relevo especial, é necessário ressaltar a influência negra, por duas razões principais: em primeiro lugar, por ter trazido para a colônia novos costumes alimentares, por exemplo os vegetais; em segundo lugar, por ter um regime alimentar mais equilibrado, em virtude de ser escravo, uma mão de obra que deveria ser preservada, por ser cara. Se o escravo deveria ser preservado e sendo duras as condições de trabalho, nada mais adequado do que uma alimentação energizante e revigorante. Nas palavras de Gilberto Freyre:

“A alimentação do negro nos engenhos brasileiros podia não ser um primor de culinária; mas faltar nunca faltava. E sua abundância de milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola” (p. 44).

Ainda sobre o negro e a alimentação, diz-nos o autor que o escravo por ser o “melhor elemento nutrido” da sociedade patriarcal legou aos seus descendentes

bons costumes alimentares, “*explicando-se em grande parte pelo fator dieta (...) serem em geral de ascendência africana muitas das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país: as mulatas, as baianas, as crioulas, as quadraronas,*” (p. 44).

Na seqüência de seu pensamento, estabelece uma nítida diferença entre o negro e os mestiços das diversas etnias, ressaltando ainda uma vez a superioridade daquele em termos de energia física, pelo menos, até a abolição, quando então a má alimentação passou a ser um traço comum a todos.

“Os escravos negros gozaram sobre os caboclos e brancarões livres da vantagem de condições de vida antes conservadoras que desprestigiadoras de sua eugenia: puderam resistir melhor às influências patogênicas, sociais e do meio físico, e perpetuar-se assim em descendências, mais sadias e vigorosas” (p. 46-7).

Talvez seja conveniente aqui lembrar que, no Prefácio à 1a. edição, nosso autor confessa que depois de viver mais de 3 (três) anos nos Estados Unidos, viu descerem de uma nave brasileira marinheiros, que lhe deram a impressão de serem caricaturas de homens e acrescenta que lhe faltou, na ocasião, quem o alertasse “*como em 1929 Roquete Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes*”.⁴ E completa seu pensamento declinando seu débito em relação a Franz Boas que o ensinou a diferenciar en-

⁴ Prefácio à 1ª ed., op. cit., p. lvii.

tre raça e cultura, diferença sobre a qual repousa toda a estrutura de *Casa Grande & Senzala*⁵, segundo suas próprias palavras.

Em cada linha desse livro podemos facilmente constatar o peso dessa diferença, que lhe permite inovar na maneira bastante peculiar de apresentar os fundamentos de sua interpretação da sociedade híbrida brasileira. Já dissemos, em nossa introdução, e agora repetimos, que a novidade freiriana não estava na temática, mas sim em sua metodologia e no arranjo singular que seu raciocínio arma para a demonstração de suas teses.

Depois de nos falar sobre as vantagens do negro em relação aos demais componentes étnicos da sociedade patriarcal, seu raciocínio volta-se para as razões da decadência física do brasileiro, para a qual atribui um papel destacado à sífilis, “*a doença por excelência das casas grandes e das senzalas*”, cuja disseminação era facilitada pelo fato de que as marcas por ela deixada no corpo eram um sinal de orgulho, tal como uma condecoração de guerra.

Miscigenação e sifilização correram paralelas no decurso de nossa história; às vantagens da primeira corresponderam, infelizmente, as desvantagens da outra, pois, depois da má-alimentação, a sífilis talvez tenha sido “*a mais deformadora da plástica e a mais depauperadora da energia econômica do mestiço brasileiro*” e numa frase de efeito afirma:

“Costuma dizer-se que a civilização e a sifilização andam juntas: o Brasil, entretanto, parece ter-se sifilizado antes de se haver civilizado” (p. 47).

⁵ *Idem*, p. lviii.

Miscigenação e sifilização iniciam-se no Brasil no alvorecer de seu povoamento, pois ambas contribuíram para a formação da única sociedade possível, nestas paragens tropicais, a híbrida. E mais do que isso, os primeiros colonizadores que se perderam no meio dos índios, prepararam o caminho para os novos colonizadores *“ainda virgens de experiências exóticas”*. Contudo, a sifilização do país não foi obra apenas dos portugueses, mas teve também a contribuição de aventureiros espanhóis e franceses que *“acabavam muitas vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio de mulher fácil e à sombra de cajueiros e araçazeiros”*.

Nessa corrente de surpresas que é o pensamento de Gilberto Freyre, não apenas por sua linguagem que nos soa suavemente desbocada, por ser um cientista social que a emprega, ele nos conduz da miscigenação e sifilização ao sadismo e masoquismo.

O primeiro uma das características da casa grande, onde o mandonismo patriarcal se faz sentir sobre os negros e as negras, influenciando o comportamento dos filhos, cujo sadismo se exercerá quer sobre as negras quer sobre o “moleque leva-pancadas”, muitas vezes a vítima dos primeiros impulsos sexuais do jovem senhor. Porém, esse sadismo se origina do intercuro sexual do conquistador branco com a índia, primeiramente, e com a negra, posteriormente, tendo como contrapartida o masoquismo de ambas. E vai mais longe nosso autor, que vê na submissão da mulher na sociedade brasileira uma herança desse sadismo, cuja influência se estende ao campo social e político.

Daí que de alguma maneira nos atraia o dirigente de punho firme, Floriano Peixoto, por exemplo, e ser da tradição conservadora brasileira um mandonismo sá-

dico que se recobre de grandes palavras o “princípio de Autoridade”, ou a “defesa da Ordem”⁶.

“Entre essas duas místicas – a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia – é que se vem equilibrando entre nós a vida política, precocemente saída do regime de senhores e escravos. Na verdade, o equilíbrio continua a ser entre as realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e outros de cultura principalmente africana e ameríndia” (p. 52).

Não há, para o nosso autor, uma predominância da cultura europeia na formação de nossa sociedade. Não nos esqueçamos que ela é uma sociedade híbrida, na qual a tradição europeia... *“Em vez de ser dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura europeia se pôs em contacto com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana”*.⁷

Esse amalgama de culturas, fez-se sentir até mesmo entre os jesuítas, cuja catequese adaptou-se às nossas condições, pois a cristianização dos indígenas se fez através de cantos, músicas e danças, enfatizando o lado místico e festivo do cristianismo, embora estejam na África e no *“voluptuoso misticismo dos árabes”* as raízes dos *Exercícios Espirituais* jesuíticos.

⁶ O assunto é retomado e ampliado em *Ordem e Progresso*.

⁷ *Casa Grande & Senzala*, p. 52

Um novo mundo, um novo homem, uma nova sociedade. O trópico de natureza exuberante e desconhecida, cuja beleza feita de uma fauna, de uma flora, de massas de água e de acidentes geográficos, de maneira geral, profundamente diferentes dos da Europa, camufla um ecossistema no qual o homem europeu deve adaptar-se, modificando todos os seus hábitos e costumes de vida anterior. Sejam eles alimentares ou sexuais, pois é através destes que se intercomunica com as mulheres índia e negra, ao mesmo tempo em que assegura, pela escravidão, uma mão de obra necessária para o seu latifúndio. Com isso um novo homem nasce, mais adaptável ao meio ambiente e com uma cultura que se miscigena como ele próprio. No seio dos antagonismos que brota quase naturalmente da mistura de raça e cultura surge uma nova sociedade – híbrida, estável, maleável e adaptada aos trópicos.

“Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido... um processo de antagonismos. Antagonismos de economia e cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o berege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo.” (p. 53).

Neste mosaico de antagonismos permitindo e absorvendo os choques violentos atuam, entre outros fatores, a miscigenação, o cristianismo lírico à portuque-

sa⁸, a tolerância moral, a facilidade de comunicações entre as diferentes regiões geográficas do país⁹, embora tivesse o colonizador que lutar contra os excessos da natureza.

Finalmente, não devemos esquecer que somente após a bem sucedida colonização portuguesa no Brasil é que se modificou de maneira radical o procedimento de colonização européia das terras tropicais, que se reduziam, até então, em feitorias e extração das riquezas naturais.¹⁰

⁸ “Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política” (*id.*, *ibidem*, p. 4).

⁹ “É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismos contundentes, amortecendo-lhes o choque ou harmonizando-os, condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e freqüente mudança de profissão e de residência, o fácil e freqüente acesso a cargos e a elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país. Esta, menos por facilidades técnicas do que pelas físicas: a ausência de um sistema de montanhas ou de rios verdadeiramente perturbador da unidade brasileira ou da reciprocidade cultural e econômica entre os extremos geográficos” (*id.*, *ibidem*, p. 54).

¹⁰ “Antes de vitoriosa a colonização portuguesa do Brasil, não se compreendia outro tipo de domínio europeu nas regiões tropicais que não fosse o da exploração comercial através de feitorias ou da pura extração de riqueza mineral” (*id.*, *ibidem*, p. 16)



CAPÍTULO III

O HOMEM BRASILEIRO

Toda sociedade é híbrida, pois nenhuma das existentes permaneceu incólume às mutações raciais ou culturais impostas por invasões e domínios estrangeiros, ou pela presença ou proximidade de grupos étnica e culturalmente diferentes.

A intercomunicação étnica e cultural entre povos diferentes é um fenômeno tão antigo quanto a existência do homem. Mesmo o mais profundo ódio, que possa existir entre povos distintos quanto as suas origens racial e cultural, jamais impediu que ela ocorresse.

As influências, por outro lado, nunca tiveram mão única, ela é sempre intercambiante; por mais que um povo seja dominante sempre assimilará algo da cultura e dos costumes do povo dominado.

Os povos mais antigos mostram, de maneira clara e insofismável, a inter-relação que ocorre quando etnias, tradições e costumes entram em contato. A assimilação dos vencedores a sua cultura parece ter sido sempre uma arma dos vencidos. Isto não quer dizer que a intercomu-

nicação não se faça sem conflitos e sem a presença de seqüelas, muitas vezes cruéis e, infelizmente, duradouras.

O racismo, o fanatismo político ou religioso, que são algumas dessas seqüelas não são privilégios ou exclusividades de um tempo, de uma região, ou de um país. Eles se distribuem pelos quatro cantos do mundo e é, com tristeza e comoção, que vemos, nos dias de hoje, um renascimento dessa intolerância que surge, daquilo que, ao contrário, deveria unir ainda mais o homem: a intercomunicação racial e cultural.

Gilberto Freyre ao definir a sociedade que se formou no Brasil como híbrida não trazia nada de novo ou original. Ele apenas constatava que aqui nascera uma nova sociedade, cujas características raciais e culturais se originavam de três diferentes etnias e culturas e cujos antagonismos que poderiam ter conduzido ao conflito e à desinteligência, ao racismo e à intolerância, foram – aqui está o novo – aplainados e mesmo superados pelos atributos naturais ou históricos de cada uma das etnias e culturas em presença, ou em função das condições socio-econômicas em que se produziu sua interação.

Varnhagen anunciara e preconizara uma nova sociedade brasileira, na qual a miscigenação deveria ser uma preocupação do Estado, a fim de que os conflitos raciais não assumissem o caráter violento que em outros países predominava; sua maior preocupação era que aqui não se reproduzisse o que acontecia nos Estados Unidos da América¹.

¹ Ver VARNHAGEN, F. A de. *História Geral do Brasil*. 4^a ed. R.J., J.E. & Laemmert Ltd. s.d. 5 v. e ODALIA, Nilo. *As formas do Mesmo*. SP. Edunesp, 1997.

Gilberto Freyre faz a constatação de que essa sociedade híbrida, antagônica, porém não violenta, já existia e que dela nascia um novo homem, fruto de cada uma das etnias e de cada uma das culturas aqui presentes. Cabia a ele explicitar como esse fato histórico ocorrera.

I. O INDÍGENA NA SOCIEDADE HÍBRIDA

O processo de explicitação se inicia pelo indígena, o elemento autóctone da nova sociedade. Quando aqui chegaram os portugueses, encontraram uma sociedade de bases rudimentares e primitivas, ao contrário dos espanhóis que encontraram, no Peru e no México, sociedades altamente desenvolvidas. Maias, incas e aztecas opuseram ao invasor uma resistência que se prolongou no tempo, impedindo que lá ocorresse um processo similar de adaptação ao conseguido pelo português no Brasil. Por outro lado, nas colônias espanholas, a cobiça e a avidez do invasor pode, desde logo, dirigir-se ao que mais desejavam, o ouro e a prata.

Muito depressa, o português compreendeu que as condições de sua nova colônia não lhe permitiria viver apenas da coleta do que lhe poderia oferecer uma natureza exuberante, na qual, porém, não encontrava o que mais ambicionava, os metais preciosos.

Frente a uma sociedade indígena nômade, que vivia da coleta, da caça e da pesca, ao português não restou outra opção, senão a de construir uma base econômica – a agricultura ligada à cana de açúcar, que sustentasse um processo de colonização das novas terras conquistadas.

A frágil oposição do indígena, que, na expressão do nosso autor, foi apenas uma resistência vegetal, se expressava basicamente pelo seu retraimento para o interior das matas, em razão de sua incapacidade de adaptar-se “à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social” trazidos pelo invasor português.

Nova técnica econômica que exigia o trabalho diário e constante a um homem cujas funções em sua sociedade eram primordialmente o de guerreiro, o de caçador e o de pescador.

Novo regime moral e social que lhes era imposto pelos portugueses, entre os quais se sobressaíam os padres jesuítas, que lhes trouxeram um novo Deus, uma nova religião. Que não apenas tentava substituir a que lhes era própria, mas também a destruía pelo deboche e pelo menosprezo.

Novos costumes sociais em que a sedentarização era um fator preponderante; em que seus hábitos, como o de andar nu, passavam a ser ridicularizados e vistos como um pecado a ser evitado.

O homem indígena em virtude de sua absoluta incapacidade de adaptar-se ao mundo novo que esboçava ser criado pelo português, teve um papel menos importante do que a mulher índia no processo de constituição do homem e da sociedade híbrida brasileira. Foi através dela que muitas das tradições e costumes, alimentos e utensílios da cultura indígena, passaram a ser integrados na nova sociedade em gestação².

² “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto

O sexo é o primeiro fato relevante, pois é a mulher índia que suprirá a falta da mulher branca e será através dela que se constituirá uma população de mamelucos que desempenhará no futuro um papel importante no desbravamento dos sertões, com a expansão territorial da colônia; serão eles ainda que se encarregarão das expedições punitivas ou para a apreensão de mão de obra escrava indígena.

A presença das mulheres índias com seus corpos nus e limpos desencadeia um furor sexual entre os portugueses que produz, como escreve Gilberto Freyre, uma “quase intoxicação sexual”, da qual não estavam isentos nem mesmo os padres jesuítas.

Contudo, para Gilberto Freyre, o que mais importa para o tipo de estudo que faz é o que denomina de “cultura moral” do indígena, ou seja, as “relações sexuais e de família; a magia e a mítica”. E isto porque são traços que permanecem “no fundo de nossa organização social, moral e religiosa, quebrando-lhe ou pelo menos comprometendo-lhe seriamente a suposta uniformidade do padrão católico ou europeu” (p. 99). E

às relações de raça; dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura adventícia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone” (FREYRE, Gilberto, op. cit., p. 91).

isso é o fundamental para uma sociedade híbrida, antagônica, porém não conflitante.

II. O PAPEL DO PORTUGUÊS

A. POSIÇÃO GEOGRÁFICA E HETEROGENEIDADE ÉTNICA

As razões que explicam, segundo o nosso autor, o êxito da colonização portuguesa no Brasil, estão intimamente vinculadas ao processo de formação histórica do povo português e à peculiar situação geográfica da Península Ibérica.

No que tange à localização geográfica de Portugal, uma simples olhada num mapa da Europa permite perceber-se que esse país, como também a Espanha, apresenta como característica marcante o de ser um ponto de passagem, de contato e de encontro.

A Península Ibérica é uma das portas de entrada ou de saída da Europa, como o é a Itália, no extremo sul. Esta uma das razões de terem sido os países dessas duas penínsulas potências marítimas. Em tais condições geográficas, é natural que Portugal tenha sido um território no qual a intercomunicação entre povos diferentes, quer vindos do interior da Europa, quer sejam a ela estranhos, árabes e mouros, se efetuou tanto pacificamente, por razões comerciais ou outras quaisquer, quanto através da violência pela conquista guerreira, num passado remoto: visigodos, romanos ou árabes; modernamente, os franceses comandados por Napoleão.

“Predisposto pela sua situação geográfica a ponto de contato, de trânsito, de intercomunicação e de conflito entre elementos diversos, quer étnicos, quer sociais, Portugal acusa em sua antropologia, tanto quanto em sua cultura, uma grande variedade de antagonismos, uns em equilíbrio, outros em conflito. Esses antagonismos em conflito são apenas a parte indigesta da formação portuguesa: a parte maior se mostra harmoniosa nos seus contrastes, formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português” (p. 201).

Essa plasticidade do povo português, insistentemente utilizada por Gilberto Freyre para explicar sua capacidade de absorção de conflitos, através de seu espírito conciliador e tolerante, está intimamente associada à heterogeneidade étnica e cultural do povo português que, por sua vez, vincula-se às características geográficas de Portugal. Há como que uma “indecisão do peninsular entre a Europa e a África” (p. 6), pois desde o paleolítico e o paleolítico superior, passando pelos períodos neoneolítico e o neolítico, se sucederam invasões de povos vindos da África, cujos traços étnicos e culturais, já na idade de bronze, na ausência de novas invasões, se sedimentaram.

“No período neoneolítico e neolítico continua na Península o íntimo contato entre a Europa e a África. Segue-se um período – o da idade de bronze – que alguns consideram de estabilização. O homem da Península passado pela primeira fervura de miscigenação, teria sido deixado a esfriar por alguns séculos, sem invasões africanas ou do Norte que perturbassem o processo como que de

endurecimento de cultura e de definição do tipo físico.”
(p. 201).

Contudo, os contatos com povos de fora não pararam, sejam por meio de novas invasões, sejam por razões comerciais ou de navegação. Dessa maneira, gregos, cartagineses e celtas contribuíram para que o povo português, quando da invasão dos romanos, apresentasse uma dualidade de formas de cultura, “*sendo entretanto provável que o tipo moreno e de cabelo crespo fosse o mais característico, encarnando formas de cultura porventura mais mediterrâneas do que nórdicas; mais africanas do que européias*” (p. 202).

O que o autor deseja ressaltar e enfatizar é que a característica básica do povo português é não possuir “*nenhum exclusivismo de tipo no passado étnico*” e que “*a sua antropologia (é) mista desde remotos tempos pré e proto-históricos; (e complementarmente) a extrema mobilidade que tem caracterizado (sua) formação social*”. Esta afirmação tanto vale para o passado mais remoto dos portugueses quanto ao que ocorreu mais modernamente com a presença de judeus, berberes, mouros, alemães, negros, flamengos e ingleses.

Essa mescla de etnias tem como uma de suas conseqüências o fato de Portugal ser “*o país europeu do louro transitório ou do meio-louro*” e não possuir “*nenhum elite loura ou nórdica, branca pura: nem gente toda morena e de cabelo preto. Nem os dólico-louros de Oliveira Viana, nem os judeus de Sombart, nem os moçárabes de Debbané, mas portugueses típicos. Gente mista na sua antropologia e na sua cultura*” (p. 202-4).

A romanização ou a latinização da Península Ibérica, se não deixou traços sensíveis em sua composição étnica, pois sua influência foi mais de caráter econômico e político, trouxe ao povo vencido as vantagens de

uma técnica superior de trabalho que se traduziu em estradas, termas, aquedutos, arcos, fábricas de louças, a exploração do seu subsolo (minas) e novas formas de habitação. Muitas instituições tomaram as feições romanas e a fala latinizou-se e os deuses romanos foram introduzidos e aceitos.

Depois dos romanos vieram os alanos, os vândalos, os suevos e os visigodos, sendo que estes últimos permaneceram dominantes por cerca de três séculos, sem que destruíssem as estruturas latinas deixadas pelos romanos, antes adaptando-se a elas e, em especial, ao Direito romano.

A longa e exaustiva peregrinação do nosso autor, assinalando cada um dos povos e cada uma das etnias que estão à raiz da formação do povo português, tem como objetivo central demonstrar que sua *“aptidão”* para colonizar os trópicos é decorrente dele ser constituído por *“gente mista na sua antropologia e na sua cultura”*. *“Gente mista”*, expressão que equiivale a dizer não existir predominância marcante de nenhuma das etnias ou culturas que a formaram. Nem o tipo negróide (africano) nem o tipo louro (europeu), nenhum dos dois firmou-se como o tipo predominante, pois como no Brasil, onde são mais freqüentes, o “louro transitório, o meio-louro e o falso louro” (p. 206) já existiam em Portugal.

Não havendo um tipo predominante, cada uma das etnias que colaboraram na formação do povo português deixaram traços genéticos que o predispunham não só a mobilidade – contribuição dos semitas –, mas, fundamentalmente, a uma fácil adaptação a novos meios geográficos e a novas condições de vida. Sua adaptabilidade se concretiza em todos os setores da vida, do sexo

à alimentação, da conquista de espaços à criação de um estilo de vida próprio e peculiar³.

B. O PAPEL DA RELIGIÃO CATÓLICA E DE SUA HIERARQUIA

Nessa mistura de raças e culturas, um ponto enfatizado, por nosso autor, é a inexistência de antagonismos provocados pela religião. Mesmo a adoção do catolicismo não correspondeu a um repúdio total dos deuses romanos que haviam penetrado profundamente nos sentimentos religiosos da “população indígena”. Os novos santos católicos deles tomaram muitos de seus atributos e semelhanças para se tornarem populares (p. 204). Se os invasores arianos, por um lado, converteram-se ao catolicismo, abandonando suas crenças religiosas originais, legaram a Portugal, por outro, costumes que “criariam definitivas raízes na antiga província romana”. Entre as influências provocadas pelo Direito romano e pelos costumes arianos, imiscuiu-se de maneira sutil uma

³ “A colonização do Brasil se processou aristocraticamente – mais do que a de qualquer outra parte da América.... Mas onde o processo de colonização européia afirmou-se essencialmente aristocrático foi no norte do Brasil. Aristocrático, patriarcal, escravocrata. O português fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América. Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos” (*idem, ibidem*, p. 190).

terceira influência, o Direito Canônico, cujo efeito foi o de amaciar os antagonismos entre aquelas. Com isso:

“Estabeleceu-se uma nobreza episcopal com gestos de quem abençoa ou pacífica, mas na verdade de quem manda e domina. Domínio efetivo, através da autoridade conferida aos bispos de decidirem em causas civis” (p. 206).

Isto quer dizer que, em Portugal, os padres obtiveram não apenas prestígio místico e moral, como também o jurídico, além de tomarem para si grande parte do poder político e intelectual. É ainda em terras portuguesas que se formam ordens religiosas que eram também militares e que tiveram grande relevância nas guerras de reconquista das terras aos mouros, do que se aproveitaram para se tornarem grandes latifundiários. Aí está como que o início do tipo de colonização latifundiária e semi-feudal realizada no Brasil pelos portugueses (p. 206-7). A diferença entre uma e outra, porém, reside no fato de que a colonização, no Brasil, foi realizada por particulares e aos padres coube vincular-se ao latifúndio como um dos tantos agregados ao senhor de engenho.

Coube às ordens religiosas, também, um papel decisivo na reorganização econômica das terras retomadas aos mouros e na reorganização política de populações tão heterogêneas. Com isso a nação portuguesa constituiu-se religiosamente. E diz mais nosso autor, quando afirma que *“por tolerância política da maioria”* duas grandes dissidências permaneceram intocadas, os judeus e os mouriscos. Mas essa tolerância terminou, pelo menos em relação aos judeus, quando estes tornaram-se *“os detentores das grandes fortunas peninsulares”*. E completa seu pensa-

mento afirmando: “Foi quando a maioria se apercebeu de que sua tolerância estava sendo abusada. Pelo menos pelos judeus” (p. 207).

A conseqüência maior desse enriquecimento dos judeus e do ódio que despertou foi a criação do Tribunal do Santo Ofício, cujas funções tanto incluíam o exame das consciências como o exame minucioso dos bens que haviam acumulado (p. 207-8).

Contudo, segundo nosso autor o ódio verdadeiro foi aquele que o português sentiu em relação ao mouro, que ele compara ao ódio do colonizador português ao bugre ou ao herege, principalmente em relação este. Pois contra este conjugaram seus esforços para expulsá-los jesuítas e senhores de engenho. Como diz Gilberto:

“Sem esse grande espantalho comum talvez nunca se tivesse desenvolvido “consciências de espécie” entre grupos tão distantes uns dos outros, tão sem nexos político entre si, como os primeiros focos de colonização lusitana no Brasil. A unificação moral e política realizou-se em grande parte pela solidariedade dos diferentes grupos contra a heresia, ora encarnada pelo francês, ora pelo inglês, ou holandês; às vezes, simplesmente pelo bugre” (p. 192).

Segue-se daí que o ódio se manifesta contra o pecado e não contra o homem pecador. O que se busca evitar é que na colônia entre o pecado, pois este é verdadeiramente o inimigo. Não o indígena ou o estrangeiro, qualquer que seja sua etnia ou cor⁴.

⁴ “Seu ódio (*o dos padres*) é profilático. Contra o pecado e não contra o pecador, diria o teólogo. É o pecado, a heresia, a

“Na falta de sentimento ou da consciência da superioridade da raça, tão salientes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé. Em vez de ser o sangue foi a fé que se defendeu a todo transe da infecção ou contaminação com os hereges. Fez-se da ortodoxia uma condição da unidade política. Mas não se deve confundir esse critério de profilaxia e de seleção, tão legítimo à luz das idéias do tempo como o eugênico dos povos modernos, com a pura xenofobia” (p. 195-6)

III. O PAPEL DO NEGRO

A grande importância atribuída por GF. à presença do escravo negro na sociedade híbrida brasileira explicita-se, materialmente, desde logo, por dedicar-lhe dois dos cinco capítulos de sua obra. Este, contudo, é apenas um sinal visual imediato do quanto nosso autor é sensível ao papel exercido pelo negro na constituição de nossa sociedade e na formação do homem brasileiro. Influência que tem origem nos peitos da negra ama-de-leite que sugados pelo bebê branco vão condicionar sua vida sexual futura.

Contudo, o que realmente interessa ao escritor pernambucano é mostrar e demonstrar em quê e no como o negro acabou por se constituir num importante

infidelidade que não se deixa entrar na colônia, e não o estrangeiro. É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa, ou de cor diferente” (*idem, ibidem*, p. 193).

componente na criação do homem brasileiro. Não apenas na economia da sociedade em gestação, aspecto que menos interessa a Gilberto Freyre, nem sua contribuição à vida estética da nova sociedade⁵. O que realmente lhe interessa é demonstrar a presença marcante e decisiva do negro no que hoje é o homem brasileiro. Não é por outra razão que inicia o IV capítulo de *Casa Grande & Senzala*, com esta afirmação categórica:

“Todo o brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil – a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano” (p. 283)

Se lhe interessa menos as contribuições estéticas e econômicas do negro, embora sem despreza-las ou desconhece-las, restam como principais objetivos de análise sua contribuição biológica e cultural. Não é suficiente atentar para o fato de que em quase todos os brasileiros de hoje a “sombra” do negro é facilmente detectável, é preciso limpar essa contribuição de todo biologismo

⁵ “Não nos interessa, senão indiretamente, neste ensaio, a importância do negro na vida estética, muito menos no puro progresso econômico, do Brasil. Devemos, entretanto, recordar que foi imensa. No litoral agrário, muito maior, ao nosso ver, que a do indígena. Maior, em certo sentido, que a do português” (*idem, ibidem*, p. 284).

que vê no negro um ser inferior, física e intelectualmente, quer em relação ao indígena ou ao branco português.

Em sua valorização do negro, numa longa digressão, apoiada em autores diversos, Gilberto Freyre afirma a superioridade negra em relação ao indígena. Essa superioridade se afirma tanto no plano cultural⁶ quanto nas características físicas, que são muito mais adequadas ao clima tropical⁷.

O mesmo raciocínio se aplica em relação branco, pois este, de maneira alguma, apresenta superioridade física ou mental sobre o negro. Sua demonstração é extensa e exaustiva e o fio de argumentação segue a técnica de contrapor experiências distintas de diferentes cientistas que se contradizem.

⁶ “Porque nada mais anticientífico que falar-se da inferioridade do africano em relação ao ameríndio sem discriminar-se antes que ameríndio; sem distinguir-se que negro. Se o tapuío; se o banto; se o hotentote. Nada mais absurdo do que negar-se ao negro sudanês, por exemplo, importado em número considerável para o Brasil, cultura superior à do indígena mais adiantado. Escrever que “nem pelos artefatos, nem pela cultura dos vegetais, nem pela domesticação das espécies zoológicas, nem pela constituição da família ou das tribos, nem pelos conhecimentos astronômicos, nem pela criação da linguagem e das lendas, eram os pretos superiores aos nossos silvícolas”, é produzir uma afirmativa que virada pelo avesso é que dá certo” (*idem, ibidem*, p. 285).

⁷ “Pode-se juntar, a essa superioridade técnica e de cultura dos negros, sua predisposição como que biológica e psíquica para a vida nos trópicos. Sua maior fertilidade nas regiões quentes. Seu gosto de sol. Sua energia sempre fresca quando em contato com a floresta tropical” (*idem, ibidem*, p. 286).

Nada ou quase nada escapa ao crivo crítico de GF. Da forma do crânio ao peso do cérebro, dos lábios grossos e narizes achatados aos pelos do corpo, do pensamento reflexivo ao instintivo, da hereditariedade ao caráter adquirido, tudo, enfim, é manejado habilmente pelo nosso autor de maneira a nos demonstrar a impossibilidade de afirmar-se a superioridade de uma raça sobre a outra.

Gilberto Freyre, ao encarecer a contribuição do africano nos diferentes setores da sociedade agrária brasileira, enfatiza que as razões disso devem ser buscadas no fato de que, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos da América, para o Brasil não vieram apenas escravos cuja qualidade fundamental era a força física como para aquele país. As necessidades da colonização portuguesa eram outras e incluíam a falta de mulheres e de técnicos, quando do início da mineração (p. 306). Por outro lado, não deixa ele de lembrar, baseando-se no abade Étienne, que muitos dos africanos vindos para a colônia eram letrados, como pode ser comprovado pelo movimento malê, em 1835, na Bahia. Em suas palavras, o movimento revela “aspectos que quase identificam essa suposta revolta de escravos com o desabafo ou a erupção de cultura adiantada, oprimida por outra, menos nobre”⁸.

⁸ “Não romantizamos. Fosse esse movimento puramente malê ou maometano, ou combinação de vários grupos sob líderes muçulmanos, o certo é que se destaca das simples revoltas de escravos dos tempos coloniais. Merece lugar entre as revoluções libertárias, de sentido religioso, social ou cultural” (*idem, ibidem*, p. 299)

Tão importante é, também, a sua afirmação de que o negro por sua adaptabilidade aos trópicos foi “o maior e mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária”, chegando a ser um precioso auxiliar na europeização do indígena⁹.

As razões dessa importância do negro em quase todas as áreas da então colônia devem ser buscadas no fato de que muitos dos africanos que aqui vieram eram islamitas, com uma cultura superior quer em relação ao nativo, quer em relação ao português. Este último analfabeto, ou semi-alfabetizado, incapaz mesmo de escrever uma carta.

“A formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer da elite que faltaram na mesma proporção ao Sul dos Estados Unidos” (p. 299-300).

⁹ “Tais contrastes de disposição psíquica e de adaptação talvez biológica ao clima quente explicam em parte ter sido o negro na América Portuguesa o maior e o mais plástico colaborador do branco na obra de colonização agrária; o fato de haver até desempenhado entre os indígenas uma missão civilizadora no sentido europeizante” (*idem, ibidem*, p. 289).



CAPÍTULO IV

OS VALORES ETNO-CULTURAIS DA NOVA SOCIEDADE

Toda sociedade necessita para sua existência e sobrevivência que seus membros mantenham, entre si, não apenas relações de trabalho, sejam livres ou escravistas, como no início de nossa colonização, mas partilhem valores sejam materiais ou culturais que cimentem e dêem um sentido comunitário a tais relações. É o que alguns autores denominam de *capital social*.

Os portugueses quando aqui chegaram encontraram uma natureza exuberante e uma terra “em que plantando tudo dá”, mas uma sociedade indígena que disso ainda não se apercebera, vivendo exclusivamente da caça, da pesca e da coleta.

Sem uma estrutura agrária adequada, os colonizadores logo se deram conta de que a simples pilhagem tinha fôlego curto e que não podiam sobreviver adaptando-se a um modo de produção primitivo, e que lhes cabia a tarefa de construir um modo de produção con-

dizente com suas expectativas econômicas. Diferentemente do que acontecia com os colonizadores espanhóis, o ouro e a prata eram apenas uma esperança, uma utopia que se traduzia em eldorados imaginários.

Essa sociedade indígena nômade, refratária ao trabalho constante e diário, ao português oferecia, em contrapartida, em abundância, a mulher dócil e higiênica, que facilitou e incentivou sua fixação na terra, e foi através dela que começa a esboçar-se a sociedade híbrida de que fala nosso autor, daí uma das razões de sua ênfase na análise das relações sexuais.

É pelo contacto constante e íntimo com a mulher indígena que o colonizador, longe de seu país e de seus hábitos e costumes, adquire novas maneiras de ser, novos comportamentos e uma maneira nova de pensar. Nesse sentido, o português ao tomar a indígena como esposa, amante ou serviçal, fazia muito mais do que simplesmente dar vazão a sua sensualidade: dava os passos iniciais para a construção de uma nova sociedade em que os valores sexuais desempenhariam um decisivo papel.

Como esposa, mãe, amante ou serviçal (menos eficiente do que a negra, que, posteriormente, veio a substituí-la com vantagens), a cunhã legou aos portugueses e a seus descendentes novos costumes, novas drogas e hábitos alimentares, principalmente, a mandioca, o caju, o milho; a um povo – como todo europeu pouco asseado em que a higiene corporal pouca ou nenhuma importância possuía – ensinou, pelo exemplo, as delícias de manter o corpo cuidado e limpo pelo banho diário; e deu-lhe filhos, muitos filhos, os *curumins*, que não apenas ajudaram a povoar a terra, como serviram para que os jesuítas, no afã de transformá-los em bons cristãos e bons

cidadãos, deles se servissem para desacreditar e desmoralizar os costumes socio-religiosos dos indígenas.

É a ela também que se deve o ter se incorporado na vida do país mil e uma pequenas coisas como o mingau que saboreamos, a rede em que embalamos o nosso ócio e nossa volúpia, o óleo de coco, para besuntar os cabelos, o gosto pelos animais domésticos, e a cerâmica.

As relações sexuais facilitaram e incentivaram o português tanto a fixar-se na terra pela generosa abundância de mulheres quanto lhe permitiu uma incursão no mundo sexual do indígena – diverso e mais descontraído do que do adventício, pleno de proibições e de tabus, impostos por uma religião que em tudo vê pecado e ofensas, mas que, historicamente, sofre a influência de uma moralidade moçárabe, mais tolerante e permissiva que aqui encontra campo para se exprimir. Até mesmo a homossexualidade tão combatida pela inquisição e pelos padres se manifesta livremente na sociedade indígena, a tal ponto que o autor classifica os invertidos sexuais, por suas atribuições, entre as mulheres, jovens ou velhas. É tão normal entre eles a inversão sexual, temporária ou permanente, que passam a ser chamados de *bugres (bougre)*, um termo francês utilizado para designar o homossexual. Até mesmo a instituição da *couvade* é possível interpretar-se tendo por fundamento a bissexualidade, ou seja o desejo do homem invertido sentir em si por sua “*identificação com a mulher a alegria da maternidade*”¹.

Como a mulher tem um valor econômico, por representar o trabalho diário e constante da agricultura

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala*, p. 117.

e da indústria, a poligamia indígena é menos uma decorrência das necessidades sexuais do homem do que de seu desejo de agregar novos valores econômicos pela posse de mais de uma mulher².

Em suma, como ressalta nosso autor, o homem indígena, quando da descoberta do Brasil, levava uma vida parasitária, lançando sobre os ombros da mulher a pesada carga dos serviços da agricultura, da indústria e da arte. Enquanto que aos invertidos, muito provavelmente, estavam reservadas as tarefas da magia e do misticismo, do aconselhamento e do curandeirismo.

O homossexualismo nas tribos indígenas não ocorria, ao que parece, por uma perversão congênita, ou por escassez de mulheres, mas antes pelo tipo de vida social que levavam, na qual os homens se segregavam em instituições próprias e reservadas, que favoreciam a homomixia (p. 119).

Era também nessas associações secretas, reservadas exclusivamente aos homens, que se dava a iniciação e a educação das crianças pelos homens mais velhos. Era aí que a criança, em contato com os mais velhos da tribo, se iniciava nos mistérios e tradições de seu povo, através de uma educação técnica e moral, durante a qual lhe eram transmitidos todos os conhecimentos técnicos, relativos à construção, à caça, à pesca e à guerra, acoplados

² “Entre os seus era a mulher índia o principal valor econômico e técnico. Um pouco besta de carga e um pouco escrava do homem. Mas superior a ele na capacidade de utilizar as cousas e de produzir o necessário à vida e ao conforto comuns.” (*Idem, ibidem*, p. 116).

à música e ao canto, bem como aos mistérios da magia e da religião, suscetíveis de serem ensinados aos leigos.

A criança indígena, assinala o nosso autor, não vive num paraíso, nem desfrutava de uma liberdade sem restrições. Toda uma cultura do medo se desenvolvia em torno dele, a fim de controlar sua espontaneidade e submetê-lo a autoridade dos mais velhos, ou para protegê-lo de espíritos ou de influências malignas. Danças e cantos auxiliavam nessa pedagogia e profilaxia, onde não faltavam as figuras de bichos e papões, prontos a castigar o menino mau e desobediente.

A preocupação do autor ao analisar minuciosamente os papéis desempenhados pela criança, a mulher e o homem na sociedade indígena tem como objetivo fundamental demonstrar por que caminhos sua cultura, hábitos e costumes, alimentares e sexuais, mágicos e míticos, integraram-se no novo homem que surgia na nova sociedade em formação.

Integração que se fez por processos, muitas vezes, violentos e dolorosos, nos quais a exterminação física do índio era uma constante, quer pela escravidão ou destruição das suas aldeias, quer pela disseminação de doenças, desconhecidas, até então.

Por sua incapacidade de atender às exigências do trabalho sedentário e rotineiro, o índio teve um papel bem menos importante do que o da mulher nesse processo de adaptação dos valores indígenas à nova sociedade em constituição. Por outro lado, é preciso também lembrar que a sociedade indígena tem na mulher o seu elemento mais significativo e operante, pois sua cultura *“quase que era só feminina na sua organização técnica, mais complexa, o homem limitando-se a caçar, pescar, a remar e a fazer a guerra”* (p. 159).

Se a nossa sociedade é híbrida, como tantas outras, sua originalidade está em que aqui não se desenvolveram “bolões duros, secos, indigestos, inassimiláveis ao sistema social do europeu. Muito menos estratificando-se em arcaísmos e curiosidades etnográficas”.

A cultura indígena é uma “presença viva, útil, ativa, e não apenas pitoresca, de elementos com atuação criadora no desenvolvimento nacional”. Não temos também o ódio e a antipatia entre as duas raças que observamos nos países de colonização protestante e anglo-saxônica. Nossas relações foram suavizadas pelo “óleo líbrico da profunda miscigenação, quer a livre e danada, quer a regular e cristã sob a benção dos padres, pelo incitamento da Igreja e do Estado” (p. 160).

Se a mulher indígena foi a grande artífice no início de nossa colonização para a formação do novo homem brasileiro, é o negro, nas suas diversas proveniências, que desempenhará, por sua capacidade de trabalho e cultura, um papel decisivo na fixação do português e na construção da nova sociedade.

Gilberto Freyre, desde logo, afirma que não o “interesse, senão indiretamente, neste ensaio, a importância do negro na vida estética, muito menos no puro progresso econômico do Brasil. Devemos, entretanto, recordar que foi imensa. No litoral agrário, muito maior, ao nosso ver, que a do indígena. Maior, em certo sentido, que a do português. / Idéia extravagante para os meios ortodoxos e oficiais do Brasil, essa do negro superior ao indígena e até ao português. Em vários aspectos de cultura material e moral. Superior em capacidade técnica e artística.” (p. 284).

Ao afirmar, de maneira taxativa, de que apenas indiretamente lhe interessa a contribuição do negro na vida estética e no progresso econômico do Brasil, mesmo que ela tenha sido imensa, Gilberto Freyre mostra

que sua obra quer, na realidade, circunscrever-se aos aspectos biológicos e culturais de sua participação na construção da sociedade híbrida, antagônica e não conflituosa, e do homem brasileiro. Sua superioridade sobre o indígena e o português aparece, desde logo, por sua facilidade em adaptar-se ao clima tropical e se completa por ser “*superior em capacidade técnica e artística*” e em muitos “*aspectos de cultura material e moral*” (p. 284).

Essa é uma idéia extravagante, diz o nosso autor, e sua tarefa é a demonstração dessa idéia extravagante, ao longo dos dois longos capítulos que dedica à contribuição do negro na “*vida sexual e de família do brasileiro*”.

Talvez devamos nos perguntar o porquê da escolha da vida sexual como chave para o desvendamento do homem brasileiro e da sociedade híbrida nacional. A resposta parece estar no fato de que o ato sexual é o mais íntimo dos atos humanos; é aquele em que deixamos de ser um aristocrata, um senhor de engenho, um escravo(a), um menino, uma mulher, para sermos apenas homens e mulheres. Que se entregam ao sexo, não apenas pelo desejo, mas para se sentir vivo, confessando, muitas vezes, suas fraquezas e transmitindo valores que de outra forma, talvez, nunca viessem à tona. O sexo sempre foi uma arma dos conquistados, nem sempre consciente, para superar os sofrimentos do domínio e para a transmissão de seus valores culturais, pois são estes que podem mostrar ao Outro que são também seres humanos.

A ama negra que oferece seus peitos fartos ao bebê branco não lhe dá apenas o leite que o faz viver, mas lhe transmite pelo canto e pelas palavras carinhosas uma concepção de mundo diferente daquele de seus pais; a escrava negra, bela e jovem, que se deita com o jovem

senhor não lhe dá apenas o seu corpo e seus cheiros, estes são os meios de que dispõe para afirmar sua feminilidade, em sua trágica condição.

O sexo assim deixa de ser um fato íntimo e pessoal, ele se transforma num instrumento fundamental de intercomunicação cultural, no qual seus participantes dão e recebem sem uma consciência clara de que isso acontece.

O português sujo e carente que vê a indígena nua e limpa, o senhor de escravos, ou o menino da casa grande, que buscam na senzala, este a iniciação, aquele o que lhe falta no quarto do casal, rompem sem o saber as fronteiras culturais que deviam segregá-los. Então se abrem as portas para uma sociedade híbrida, antagônica e multicultural.

Contudo, nosso autor jamais deixa de enfatizar que a promiscuidade sexual, da qual resultam para os seus participantes sérias conseqüências, das quais a sífilização, transmitida pelo branco, é apenas uma delas, não é fruto da baixa moral do africano, mas sim um dos muitos amargos produtos do sistema escravista. Não é o africano, homem ou mulher, que impõe sua sensualidade, é o sistema que a abriga como uma de suas formas de ser³. Mas ao abrigá-la, esse sistema permite que os valores etno-culturais dos dois parceiros se intercomuni-

³ “É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua nem do índio mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência do regime.” (*Idem, ibidem*, p. 316).

quem, de maneira que a preta velha, não é apenas uma escrava que dá seu leite ao menino branco; por ser batizada, ela lhe transmite sua forma de ser católica, diferente da de seus pais. Os africanos, homens e mulheres, recriam a religião que recebem do branco e ao a recriarem mesclam seus próprios valores culturais, que serão, por sua vez, absorvidos pelos brancos e neles se sentirão tão à vontade quanto aqueles.

Obrigados a aprender o português, a língua do senhor, adaptam-na às idiossincrasias de sua língua natal. Nesse processo, as línguas africanas acabam por se dissolver na língua portuguesa, enriquecendo-a com termos, vocábulos e, mais importante, dando-lhe uma dicção bem diferente do falar português. A dureza deste na boca do escravo e da escrava se transmuda num falar gentil e adocicado. Um *diga-me* autoritário e impositivo se transforma num suave *me diga*. E por mais que os mestres da língua portuguesa, especialmente os jesuítas, combatam o linguajar africano, junto aos filhos dos senhores, não conseguem impedir que eles também utilizem os novos vocábulos e as novas maneiras de dizer o português. É como que uma nova língua, cuja expressividade, quase infantil, está em seu amolecimento, na sua doçura, que transforma sujeira em *cacá*, bunda em *bumbum*, urinar em *pipi*. Mesmo os nomes próprios se adaptam à nova forma de dizer e então surgem as *Dondons*, as *Toninbas*, *Totonbas*, *Tetés*, etc.⁴ Essa influência

⁴ “No ambiente relaxado da escravidão brasileira, as línguas africanas sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram nela, enriquecendo-a de ex-

amolecedora das línguas dos seus senhores ocorre também nos Estados Unidos da América, especialmente em Louisiana, e no francês das Antilhas.

É tão marcante a presença do africano no desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil que nosso autor não vacila em afirmar que “*nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências*” (p. 334).

Contudo, não devemos nos enganar, por interpenetração não se deve compreender uma fusão das duas maneiras de falar numa só. Para Gilberto Freyre, utilizando João Ribeiro que nos ensina não haver nenhum interesse “em reduzir duas fórmulas em uma única e em comprimir dois sentimentos em um só”, a preservação de duas formas de dizer mais uma vez confirma que

“A força e a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo” (p. 335).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir-se um estudo sobre Gilberto Freyre, especialmente quando se utiliza basicamente sua obra primeira e mais importante, *Casa Grande & Senzala?* A indagação e a dúvida procedem, pois Freyre não é um

pressivos modos de dizer; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor; muitas vezes, substituindo com vantagem vocábulos portugueses, como que gastos e puidos pelo uso” (*Idem, ibidem*, p. 333).

autor que conclui sua obra, ele demonstra o que quer provar. E o que ele deseja demonstrar? Que nos trópicos se constituiu uma sociedade tropical, híbrida e antagonica, que renegava o que diziam os Buckle, Lapouge, Gobineau, e tantos outros que acreditavam nessa possibilidade. Porém, mais do que isso, ele demonstrou que o terror do conflito que preocupava tanto os políticos e historiadores do século XIX e início do século XX, eram infundados porque a sociedade que se formara era antagonica, porém não conflituosa. Por conflituosa, devemos entender as sociedades que não sabem ou não conseguem manipular seus conflitos internos, sociais, econômicos e étnicos, a não ser pela violência física.

Os conflitos raciais nos Estados Unidos até as décadas de 60 e 70, as violências étnicas entre negros na África, a guerra entre sérvios, muçulmanos, croatas e albaneses na Iugoslávia, nos dias de hoje, mostram com clareza o que Freyre considera uma sociedade antagonica, onde as oposições raciais, religiosas, sociais, jamais atingem esses cumes de violência.

Preconceitos existem em todos os quadrantes; eles não se exprimem apenas nas relações entre brancos e negros. Os conflitos étnicos não são causados pela cor da pele, eles envolvem frustrações de distintas origens, ou sociais, ou culturais, ou religiosas ou econômicas, ou de qualquer outra coisa que conduz o homem à agressão e ao genocídio.

Se essa violência étnica não aconteceu no Brasil foi porque, vimos, espero, nas análises anteriores, o homem brasileiro, anunciado por Varnhagen, e demonstrado por Freyre, é a somatória de valores biológicos e culturais das três etnias que o constituíram e disso ele é

consciente. Contudo, isso que me parece o maior mérito de Freyre é, freqüentemente, lançado ao seu rosto como uma ofensa, para alguns, porque é apenas uma demonstração de seu conservadorismo político; para outros, porque sua análise da escravatura no Brasil dá um retrato excessivamente complacente das verdadeiras relações entre o escravo e o seu senhor. Faria apenas duas observações:

1^a) os autores dessas críticas dão a impressão de que não leram Gilberto Freyre, pois esquecem sua insistência em mostrar que o fato fundamental que determina, em grande parte, a natureza das relações entre brancos e africanos é o sistema escravista. E o sistema escravista, aqui ou nos Estados Unidos, é sempre trágico e doloroso.

A diferença aqui está no fato, já anunciado por Varnhagen, que o homem brasileiro deveria saber que é o resultado da fusão e miscigenação das três etnias. O que não aconteceu nos Estados Unidos da América, onde o negro, ou qualquer outra etnia, que não fosse a branca, de origem anglo-saxônica, era escorraçada, como uma moléstia contagiosa, como algo que deveria ser evitado, jamais se compreendendo que essas etnias também iriam e estão contribuindo para o surgimento do homem norte-americano;

2^a) alguns brasilianistas, quando vêm ao Brasil para estudar o sistema escravista⁵, parecem vir com uma

⁵ Ver Karasch, Mary. C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808-1850*. Trad. De Pedro Maia Soares. SP., Cia. das Letras, 2000.

única preocupação: saber por quê os conflitos raciais no Brasil não são tão violentos quanto nos Estados Unidos. Frustrados por não entenderem esse fenômeno, criticam autores como Gilberto Freyre e, talvez, se conhecessem criticariam Varnhagen, porque ambos estão empenhados em mostrar que o homem brasileiro é o fruto da miscigenação biológica e cultural das três etnias. E nisso foram coadjuvados, no século XIX, pelos políticos conservadores, cujo maior temor era a fragmentação do país, se aqui ocorresse o que ocorreu nos Estados Unidos – discriminação racial – e nas colônias espanholas – lutas pela libertação. Seria conveniente, eles estudarem se houve nos Estados Unidos, antes da guerra de secessão, autores com as mesmas preocupações. Com isso compreenderiam melhor o Brasil e o seu próprio país.



BIBLIOGRAFIA SELETA DE GILBERTO FREYRE

Como a bibliografia de Gilberto Freyre é extensa e variada, darei aqui apenas alguns dos seus títulos. Nas novas edições de seus principais livros existem bibliografias completas.

Casa Grande & Senzala. 17ª ed. R. J., José Olympio, 1975.

Sobrados e Mucambos. 5ª ed. R.J., José Olympio, INL-MEC, 1977.

Ordem e Progresso. 4ª ed. R. J., Record, 1990.

Nordeste, 4ª ed., R.J., José Olympio, 1967.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ABREU, Capistrano de, *Capítulos de História Colonial(1500-1800)* – 6ª edição, revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues. RJ., Civilização Brasileira, 1976.

BURKE, Peter, *A escola dos Annales – 1929 – 1989 – A Revolução francesa da Historiografia*. Trad. de Nilo Odalia. S.P., Editora Unesp, 1991.

CASALECCHI, José Ênio, *O Partido Republicano Paulista*. S.P., Brasiliense, 1987.

CORRÊA, Anna Martinez, *A rebelião de 1924 em São Paulo*. S.P. Hucitec, 1976.

KARASCH, Mary, C., *A vida dos escravos no Rio de Janeiro – 1808 – 1850*. Trad. de Pedro Maia Soares. S.P. Cia. das Letras, 2.000.

ODALIA, Nilo, *As formas do Mesmo*. S.P., Edunesp, 1997.

VARNHAGEN, F.^a de – *História Geral do Brasil*, 4^a edição, R.J., J.E.& Laemmert Ltd., s.d., 5 volumes